

A EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* NO NORDESTE DO BRASIL (2008-2017) E SUA ARTICULAÇÃO COM AS METAS 13 E 14 DO PNE

THE EXPANSION AND INTERNALIZATION OF STRICTO SENSU POST-GRADUATION IN BRAZIL'S NORTHEAST (2008-2017) AND ITS ARTICULATION WITH THE GOALS 13 AND 14 OF PNE

Gilneide Maria de Oliveira Lobo

Alda Maria Duarte Araújo Castro

Resumo: O presente texto tem como objetivo analisar a expansão e a interiorização da pós-graduação *stricto sensu* na Região Nordeste do Brasil, tomando como referência o número de programas de mestrado e doutorado, de matrículas e titulações efetivadas entre 2008 e 2017, e sua relação com o cumprimento das metas 13 e 14 do PNE 2014-2024. O trabalho é um recorte do Projeto Integrado de Pesquisa “Expansão e qualidade da educação superior no contexto do Plano Nacional de Educação (2014-2024): tensões, limites e perspectivas”, financiado pelo CNPq, UFG/UFRN. Para isso, utilizaram-se dados estatísticos do GEOCAPES, do Censo da Educação Superior (2017) e do Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (2018). O estudo revela que, no período de 2008 a 2017, as políticas de expansão e interiorização da pós-graduação *stricto sensu* promoveram um processo de desconcentração dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, o que favoreceu o crescimento significativo da quantidade de programas e a ampliação das matrículas na região Nordeste do país.

Palavras-Chave: Expansão. Interiorização. Pós-graduação *stricto sensu*. Plano Nacional de Educação.

ABSTRACT: The current paper aims to analyze the expansion and internalization of *stricto sensu* post-graduation in Brazil's northeast, taking as reference the number of masters and doctorate programs, of enrollments and titrations done between 2008 and 2017, and its relation with the accomplishment of the goals 13 and 14 of PNE 2014-2024. The paper is a thematic cut of the Integrated Project of Research “Expansion and quality of higher education in the context of the National Education Plan (2014-2024): tensions, boundaries and perspectives”, financed by CNPq, UFG/UFRN. To this end were used statistical data from Geocapes, from the Higher Education Census and the Second Goals Monitoring Cycle of the National Education Plan (2018). The study reveals that, in the period from 2008 to 2017, the policies of expansion and internalization of *stricto sensu* post-graduation promoted a defocusing process of the *stricto sensu* post-graduation programs which favored the significant growth of the program quantities and enlarge the enrollment numbers in the country's northeastern region.

Keywords: Expansion. Internalization. *Stricto sensu* post-graduation. National Education Plan.

INTRODUÇÃO

A educação superior no Brasil vem ao longo das últimas décadas passando por mudanças na sua configuração e por um significativo processo de expansão, tanto no nível de graduação como no de pós-graduação. Esse processo vem ocorrendo de forma mais intensa a partir dos anos de 1990, governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), quando no país as políticas de cunho neoliberal passaram a ser implementadas tendo como referência a classificação da educação como serviço *não-exclusivo do estado* no contexto da Reforma do Estado.

Na educação, de forma mais específica, as políticas foram induzidas por organismos multilaterais, cujo foco dirigiu-se à formação de recursos humanos para atender as novas necessidades do mundo do trabalho mais competitivo e globalizado do sistema capitalista ora em reestruturação. O conhecimento científico e técnico passou a ser valorizado pelo mercado e, sob a perspectiva neoliberal, a educação superior se tornou um dos eixos das mudanças educacionais.

O conhecimento científico e técnico sempre teve importância na luta competitiva do desenvolvimento econômico, como afirma Harvey (1998, p. 151), há uma renovação de interesse e de ênfase, já que no mundo de sistemas de produção flexíveis em que os gostos e necessidades mudam rapidamente, “[...] o conhecimento da última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica implica a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva”.

Ainda segundo Harvey (1998), o saber é transformado em mercadoria-chave, que se produz e se vende a quem pagar mais, sob condições cada vez mais organizadas em bases competitivas, o que leva universidades e institutos de pesquisa a competirem por pessoal e por ser o primeiro a patentear novas descobertas científicas. Em vista disso, a produção organizada do conhecimento tem passado por expressiva expansão nas últimas décadas, além de ter assumido caráter comercial.

A exigência de recursos humanos com qualificação profissional para atender as novas demandas do mercado de trabalho globalizado, requereu um novo perfil de profissional para o processo de produção capitalista. No entendimento de Castro (2011, p. 22), essa mudança, “[...] trouxe consigo a necessidade de graus mais elevados de qualificação e flexibilização da

formação do trabalhador em todos os níveis de atuação”. Isto porque no sistema global competitivo,

[...] a forma como os países se inserem nesse movimento está relacionada, dentre outros fatores, com a sua capacidade de investimento em ciência e tecnologia (produção do conhecimento científico e de sua aplicação tecnológica), assim como na formação de pesquisadores/cientistas, o que se realiza, notadamente, em cursos de formação pós-graduada (CABRAL NETO; CASTRO, 2013, p. 342).

Em vista disso, as políticas voltadas para a expansão da educação superior possibilitaram um crescimento expressivo na pós-graduação brasileira que se constituiu em aumento de cursos, vagas, matrículas, titulações e modalidades nas diversas regiões do país, promovendo também a sua interiorização principalmente nos anos de 2000 e nos governos subsequentes ao de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Nesse cenário, busca-se com este estudo, analisar o movimento da expansão e interiorização da pós-graduação *stricto sensu* na região Nordeste do Brasil, tendo por base a evolução do número de programas de mestrado e doutorado, e de matrículas efetivadas, no período de 2008 a 2017, procurando demonstrar, no contexto da expansão no Brasil, a sua contribuição para o atingimento das metas 13 e 14 do PNE 2014-2024.

Dessa forma, o estudo está organizado em sessões nas quais, inicialmente, são discutidas as políticas dos dois últimos Planos Nacionais de Pós-Graduação – o de 2005-2010 e o de 2010-2020 –, em seguida trata-se da expansão da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, no período de 2008 a 2017, estabelecendo relação com as metas 13 e 14 do PNE 2014-2024 e, por fim, se detém na expansão e interiorização da pós-graduação *stricto sensu* na Região Nordeste a partir do número de programas, categorias administrativas, distribuição por Estados e evolução de matrículas.

Ressalta-se que essa investigação foi desenvolvida no âmbito do Projeto Integrado de Pesquisa “Expansão e qualidade da educação superior no contexto do Plano Nacional de Educação (2014-2024): tensões, limites e perspectivas”, financiado pelo CNPq, UFG/UFRN.

As diretrizes dos Planos Nacionais de Pós-Graduação e a expansão e interiorização da Educação Superior

A política nacional de pós-graduação, a partir de 1975, período da Ditadura Militar, passou a ser desenvolvida segundo as diretrizes dos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG). Desde então, foram aprovados cinco planos: o primeiro plano referente ao período de 1975-1979, o II PNPG (1982-1985), o III PNPG (1986-1989), o PNPG (2005-2010); e o que se encontra em vigência, PNPG (2011-2020). Após o terceiro PNPG a CAPES não seguiu a sequência numérica nos títulos dos planos, uma possível justificativa pode estar relacionada ao fato de na sequência o IV plano não ter sido aprovado, mas muitas de suas diretrizes foram executadas. Não se pretende fazer uma explanação de todos os planos, contudo, abordar-se-á de forma breve os dois últimos planos por estarem relacionados ao período do recorte temporal deste estudo.

O PNPG 2005-2010, expôs a necessidade de um novo modelo de crescimento que incorporasse mudanças conceituais e organizacionais que atenuassem as desigualdades regionais, intrarregionais e entre estados, bem como, as assimetrias entre áreas do conhecimento. Para isso, estabeleceu a necessidade de uma ação indutiva para ampliar o crescimento da pós-graduação nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste com proposta orçamentária para tal intento (BRASIL, 2004). Além disso,

O V PNPG 2005-2010, afinado com as discussões do processo de globalização, incorpora o princípio de que o sistema educacional é fator estratégico no processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural da sociedade brasileira. Ele representa uma referência institucional indispensável à formação de recursos humanos altamente qualificados e ao fortalecimento do potencial científico-tecnológico nacional (CABRAL NETO; CASTRO, 2013, p. 350).

Com a implantação das orientações do PNPG (2005-2010), a expansão da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil alcançou o interior dos estados, em virtude principalmente da expansão das universidades públicas federais e estaduais que apresentaram um movimento de interiorização da educação superior. Esse movimento tem representado crescimento considerável na pós-graduação *stricto sensu* e, tal como é prescrito no PNPG (2005-2010), são

conquistas que devem ser preservadas e aprimoradas. Tais conquistas têm sido fundamentais na expansão da pós-graduação *stricto sensu*.

No início da vigência do PNPG 2005-2010, período do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, segundo consta no documento do MEC, “A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014”, estava em vigor a 1ª fase (2003-2007) dos programas de expansão do ensino superior federal, denominada de interiorização, cujo principal objetivo era reduzir as assimetrias regionais, interiorizando o ensino superior de forma a atender as vocações econômicas de cada região do país. Nessa fase, dez universidades federais foram criadas em regiões prioritariamente não metropolitanas, dentre as quais, 40% na região sudeste, 30% na região sul, 20% na região nordeste e 10% no centro-oeste (MEC, 2014). Com relação à criação dos 79 novos *campus*, as regiões norte, nordeste e centro-oeste foram as mais beneficiadas. Ainda assim, as contradições permanecem, pois embora o plano visasse a um processo no qual a prioridade anunciada seria a da redução das assimetrias regionais – responsável pela concentração das universidades nas metrópoles e em regiões com maior poder aquisitivo – observa-se que as assimetrias regionais aumentaram, uma vez que 70% das universidades criadas se concentram nas regiões Sul e Sudeste, ficando as demais regiões Nordeste e Centro-Oeste com 30% e que nenhuma universidade foi criada na região Norte.

Em substituição a esse programa, foi lançado por meio do Decreto Presidencial de nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), considerado a 2ª fase (2008-2012) da expansão das universidades. O programa garantia a reestruturação das universidades federais e a continuidade de sua expansão e interiorização. Num processo de integração regional e internacionalização da educação superior, foram criadas quatro universidades (1 no nordeste, 1 no norte e 2 no sul), “[...] que integram os estados fronteiriços da região sul do Brasil, a região amazônica, os países da América Latina e os países falantes da língua portuguesa em outros continentes, como África e Ásia” (MEC, 2014). Foram também criados 47 novos *campi* nas Instituições Federais de Ensino Superior.

Embora louvado pelo intento da expansão da rede pública, o REUNI é criticado pela forma de sua implantação por meio de contratos de gestão na administração das instituições de educação superior e suas consequências no ensino, pesquisa e extensão (MANCEBO, 2015).
Para a autora,

[...] a reestruturação, [...] cobrou uma superutilização dos recursos existentes nas universidades federais e apontou somente dois caminhos para o cumprimento de sua meta global: o mais trabalho do professor e o aligeiramento do ensino, chamado em algumas universidades de “pedagogias alternativas”, o que aprofundou o processo de certificação em massa (MANCEBO, 2015, p. 8).

A 3ª fase de expansão das universidades federais (2012-2014), considerada a fase da integração e desenvolvimento regional, compreendeu a criação de mais quatro universidades (3 no nordeste e 1 no norte) e mais 47 novos *campi* e priorizou a criação de novos cursos de medicina, e de formações de professores para a inclusão social com cursos de licenciaturas ou Bacharelado em Letras/Libras, graduação em Pedagogia na perspectiva Bilíngue na modalidade a distância e Licenciatura em Educação do Campo (MEC, 2014).

A interiorização das universidades federais proporcionou uma expansão no país ao promover o aumento do número de municípios atendidos por universidades federais, que passou de 114 para 272, representando um crescimento de 138% (BRASIL, 2012), tornando-se, portanto, fator importante na redução das disparidades regionais visto que passa a atender um maior contingente de estudantes que não podem se deslocar para outras regiões do país. Mas é também importante compreender que, de acordo com Dourado (2001, p. 24), nem sempre a expansão e interiorização são efetivadas por meio de planejamento qualitativo, muitas vezes é resultante de pressões sociais e barganhas políticas. Para o autor, embora não se qualifique como um processo de caráter desordenado indica que é sempre norteado por escolhas, por opções, o que o constitui como política e assim sendo, esse processo político, “[...] é resultado do caráter de classe do Estado capitalista, desigual e combinado, e possui funcionalidade econômica, política e social”.

Nessa perspectiva, para o mencionado autor, a interiorização se apresenta como consequência inevitável da ampliação de oportunidade e serviços, logo, como elemento de consolidação e de desenvolvimento das cidades interioranas.

Articulado a todo esse processo de expansão e interiorização da educação superior, atualmente está em desenvolvimento o PNPG 2011-2020. Embora todos os PNPG tratem da necessidade de reduzir as disparidades regionais, este é o único que faz referência a interiorização da pós-graduação. Em suas recomendações propõe como necessidade para a redução das assimetrias regionais, fomentar a interiorização da pós-graduação, assim como apoiar iniciativas de grupos com potencial para a pesquisa Inter e Multi espalhados em vários

pontos do país. O plano aponta que a análise com precisão da distribuição geográfica dos indicadores da pós-graduação, permite orientar as políticas estratégicas de desenvolvimento científico e tecnológico, identificadas com as vocações de cada mesorregião de forma a consolidar o processo de interiorização do ensino superior brasileiro. Isto porque, além da concentração dos programas nas regiões sudeste e sul, existe a concentração nas regiões metropolitanas.

O PNPG (2011-2020) foi elaborado em um contexto econômico mundial no qual a economia passou por “[...] um processo de desmaterialização profunda, com a geração de riqueza não mais dependente exclusivamente da produção de bens físicos, industriais ou agrícolas” e que evidencia o quanto o capitalismo depende cada vez mais da aplicação do conhecimento e da utilização de tecnologias intensivas (BARRETO & DOMINGUES, 2012, p. 32).

Em nível nacional o momento era considerado promissor. Com o crescimento do PIB, o Brasil suportou bem a crise financeira de 2008 que atingia a Europa e América do Norte e, mesmo com uma conjuntura externa adversa, o país estava caminhando para se tornar a quinta potência econômica mundial no decênio próximo e a quarta em 2050. Contudo é preciso destacar que esse contexto nacional tem sofrido profundas modificações, com as políticas que vêm sendo implementadas, como é o caso da aprovação da EC nº 95/2016, no governo do presidente Michel Temer, que instituiu um novo regime fiscal impondo limites ao orçamento da União, o qual não poderá ter ajuste superior a inflação pelo período de 20 anos. Essa política compromete todas as metas do atual PNPG e, conseqüentemente, pode significar estancar a expansão da pós-graduação *stricto sensu* no país.

A pós-graduação *stricto sensu* no Brasil: expansão e as metas 13 e 14 do PNE 2014-2024

A pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, considerada como *locus* de produção de pesquisa e de alto conhecimento – institucionalizada no ano de 1965, pelo Parecer de nº 977/1965 do Conselho Federal de Educação – tem assim uma trajetória recente, porém se apresenta consolidada como Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) na atualidade. Segundo os autores, Cury (2005), Balbachevsky (2005) e Schwartzman (2010), é um sistema de sucesso, de alta qualidade, sendo comparado com países de grande porte e com altos níveis de desenvolvimento econômico. Esse reconhecimento se dá pela quantidade de estudantes

REVELLI, Vol. 12. 2020. Dossiê: Políticas para educação superior e Plano Nacional de Educação.

ISSN 1984-6576.

E-202023

matriculados nos programas de mestrado e doutorado, de mestres e doutores que são formados anualmente, pelo crescimento da produção científica de autores brasileiros e ainda pelo nível de qualidade alcançado.

A análise dos dados do GEOCAPES mostra a consolidação e a expansão da pós-graduação *stricto sensu* no país. Tomando como base o período do recorte temporal deste estudo, em 2008 existiam 2.567 programas e no ano de 2017 já eram 4.296. Observa-se que ocorreu um aumento de 67,3% no total de programas de pós-graduação *stricto sensu*. Em 2017, dos 4.296 programas, 2.138 são programas de mestrado e doutorado, 1.338 somente de mestrados acadêmicos, 739 de mestrados profissionais e 81 de doutorados, o que representa um total de 6.434 cursos (GEOCAPES, 2019).

Os dados das matrículas e titulações, dos anos de 2008 e 2017, contidos na tabela 1, tornam evidente que a pós-graduação *stricto sensu* no país, vivenciou no período analisado, um crescimento de 85,7%, ou seja, passou de 150.118 para 278.792 discentes matriculados. No ano de 2017, 129.220 (46,3%) discentes estavam matriculados nos mestrados acadêmicos, 37.568 (13,5%) nos mestrados profissionais e 112.004 (40,2%) nos programas de doutorado. Se comparado com 2008, o maior crescimento de matrículas foi nos programas de mestrados profissionais (314%), mas predominam as matrículas em mestrados acadêmicos e em doutorados. Quanto à titulação dos discentes, a concessão de títulos no mestrado acadêmico cresceu 51% e no doutorado 101,6%.

Tabela 1 – Evolução do número de matrículas e titulação na pós-graduação *stricto sensu*, por modalidades – Brasil – 2008 e 2017

PROGRAMAS	2008		2017			
	Matriculados	Titulados	Matriculados	Δ 2008-2017	Titulados	Δ 2008-2017
Mestrado Acadêmico	88.295	33.360	129.220	46,4%	50.306	51%
Mestrado Profissional	9.073	2.264	37.568	314%	10.841	19,5%
Doutorado	52.750	10.711	112.004	112,3%	21.591	101,6%
Total Geral	150.118	46.335	278.792	85,7%	82.738	78,5%

Fonte: GEOCAPES – Distribuição de programas – 2008 e 2017. Elaboração própria.

A expansão do Sistema Nacional de Pós-graduação identificada na evolução dos titulados entre 2008 e 2017, levou o país a atingir a titulação anual de 61.147 mestres e 21.591 doutores, conforme os dados do GEOCAPES apresentados na tabela 1.

O crescimento demonstrado nas matrículas e titulações teve impacto nas metas 13 e 14, do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, Lei de nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que tratam diretamente da pós-graduação.

No que se refere à meta 13 – elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores –, observa-se que foi rapidamente alcançada. Como a meta se refere ao conjunto de docentes que atua na educação superior de todo o país, Carvalho (2018) argumenta que ela na verdade foi pouco exigente, pois os dados do Censo da Educação Superior de 2012 indicavam que das 362.732 funções docentes, 256.305, ou seja 70,7% eram mestres ou doutores, e 115.087 (31,7%) doutores.

De fato, conforme o Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (INEP, 2018a), a meta 13, que é composta por dois indicadores: 13A - Percentual de docentes com mestrado ou doutorado na educação superior e 13B - Percentual de docentes com doutorado na educação superior, foi ultrapassada em 2015. O percentual de docentes no exercício da educação superior, com formação de mestrado ou doutorado, alcançou 75,4%, e manteve-se em crescimento atingindo 77,5% em 2016, representando um crescimento de 7,9 % no período de 2012 a 2016. No que refere ao percentual de docentes com doutorado, desde 2014, início da vigência do PNE (2014-2024) este indicador havia alcançado 35,5%, chegando ao resultado de 39,8% em 2016 (INEP, 2018a).

No que diz respeito ao alcance da meta 13, indicador A, por regiões, os dados da tabela 2 apresentam o percentual de mestre e/ou doutores na função docente por região do país no ano de 2017. Os dados desagregados mostram que a região Sul se encontrava, em 2017, com o maior percentual de docentes mestres ou doutores no magistério superior (82,7%), seguida pelas regiões Sudeste (81,8%), Nordeste (79,9%), Centro-Oeste (75,1%) e Norte (73,3%). Quanto ao percentual de doutores, indicador B, os dados indicam que o maior percentual, em 2017, é da região Sudeste (44,0%). As demais regiões assim se apresentavam: Sul, 42,3%; Nordeste, 39,0%; Centro-Oeste, 36,5%; e Norte, 31,4%, respectivamente. Os dados da tabela 2 demonstram que apenas a região Norte não alcançou a meta, todas as demais já a ultrapassaram.

Tabela 2 - Percentual de mestres e/ou doutores na função docente da Educação Superior, por região, Brasil – 2017

Regiões	Mestres ou doutores	Doutores
Brasil	80,4	41,0
Norte	73,3	31,4
Nordeste	79,9	39,0
Sudeste	81,8	44,0
Sul	82,7	42,3
Centro-Oeste	75,1	36,5

Fonte: Censo da Educação Superior – 2017 – Sinopse Estatística da Educação Superior/Inep. 2018b. Dados levantados no âmbito do Projeto Integrado de Pesquisa “Expansão e qualidade da Educação Superior no contexto do Plano Nacional de Educação (2014-2020): tensões limites e perspectivas, financiado pelo CNPq. UFG/UFRN.

Na região Nordeste, foco deste estudo, quanto à participação no alcance da meta 13 do PNE 2014-2024, o estudo revela que em 2015, ano em que a meta foi atingida, dos 306.245 mestres e doutores na função de docência da educação superior no país, 64.969 estavam no Nordeste, ou seja, 21,2%. Quanto à participação no número de doutores na função docente, foi de 29.078 docentes, isto é, 20%, dos 145.441 do país (INEP, 2015).

Diante dessas análises, é preciso ressaltar que mesmo que os dados expostos evidenciem que a meta 13 do PNE (2014-2024) foi atingida, os estudos realizados por Carvalho (2018) mostram que não se pode considerar apenas o caráter quantitativo da meta, isto porque os percentuais alcançados e desafios presentes na meta precisam ser contextualizados e associados a outros fatores para que se possa garantir a expansão com qualidade socialmente referenciada. Entre esses fatores, a autora faz referência a alguns que, de acordo com Oliveira e Dourado (2016), associados ao fator docente formação/titulação, impactam também na qualidade dos cursos, quais sejam: o regime de trabalho, tempo para pesquisa, infraestrutura e equipamentos, biblioteca, projeto de curso etc.

Além disso, ressalta-se que das nove estratégias da meta 13, seis tratam especificamente da melhoria da qualidade da educação superior vinculada a processos de avaliação e autoavaliação das instituições de educação superior e dos estudantes. Isso revela, na concepção de Cabral Neto e Castro (2018, p. 49-50), que o foco da qualidade está na eficácia do processo, uma conotação dada ao termo qualidade, pós-redimensionamento do papel do Estado quanto ao financiamento das políticas sociais, cuja lógica para a medição da qualidade passou a ser a empresarial. Assim, “[...] os indicadores de qualidade passam a ser medidos por

taxas de retenção, e de promoção, comparação internacional dos resultados das instituições, supervalorização da competitividade e da produtividade e a introdução de novos métodos de gerenciamento dos sistemas educacionais”. Tais indicadores, segundo os autores, estão presentes na Meta 13, pois as estratégias, como já mencionado, se voltam para o sistema de avaliação e controle das instituições de educação superior, desvelando “[...] uma concepção limitada de qualidade que se distancia de uma perspectiva emancipatória”.

É necessário também considerar a existência das contradições quanto a distribuição das funções docentes por titulação em regiões do país, em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas, como também por dependência administrativa federal, estadual e municipal. Destaca-se aqui principalmente o que diz respeito à disparidade entre a função docente nas IES públicas e nas privadas, Carvalho (2018) mostra em suas análises que as IES privadas apresentam um percentual de mestres e doutores bem inferior ao das IES públicas, com o predomínio de especialistas no exercício da docência nas IES privadas.

Com relação a meta 14, do Plano Nacional de Educação (2014-2024), que propõe a elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000(vinte e cinco mil) doutores, pode-se afirmar que está praticamente alcançada. Quanto à titulação anual de mestres, de acordo com os dados GEOCAPES (2019), a meta foi ultrapassada em 2017, quando se alcançou 61.147 de mestres titulados no país. Quanto a titulação anual de doutores, em 2017, foram 21.591 doutores titulados, faltando assim o total de 3.409 títulos adicionais, para o cumprimento total da meta. Nesta meta a contribuição do Nordeste na titulação de mestres foi de 11.328 (18,5%) titulados e de 3.248 (15%) doutores do total geral de titulados no Brasil (INEP, 2018).

Apesar de a meta 14 estar próxima de ser alcançada, autores como Cabral Neto e Castro (2013) evidenciam que persiste o problema na distribuição desses titulados pelas regiões do país. Embora ocorra um crescimento promissor de programas de pós-graduação e conseqüentemente das titulações, esse crescimento não ocorre de forma homogênea, haja vista a desigualdade na distribuição dos programas pelas regiões.

Contudo, três estratégias da meta 14 do PNE (2014-2024) destacadas nesta análise, possivelmente têm contribuído para a redução dessas disparidades, visto que tratam de estratégias para:

14.4) expandir a oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância;

14.5) implementar ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais e para favorecer o acesso das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas a programas de mestrado e doutorado; 14.6) ampliar a oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu*, especialmente os de doutorado, nos campi novos abertos em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas (BRASIL, 2014).

O conteúdo das estratégias poderá até o fim da vigência do PNE, em 2024, diminuir essas desigualdades nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, visto que tratam da ampliação da oferta de programas de pós-graduação, tanto pela via da expansão de oferta de cursos à distância – pela inclusão favorecendo o acesso das populações do campo, indígenas e quilombolas – como pelo processo de interiorização da IES públicas.

Os dados da tabela 3 apresentam a evolução dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, por regiões geográficas do país, no período entre 2008 e 2017. De acordo com os dados, a desigualdade na quantidade de programas é evidente, uma vez que, do total de 4.296 programas em 2017, a região Sudeste contava com 1.916 (44,6%) e a Sul com 925 (21,5%), concentrando 66,1% dos programas do país, enquanto na região Nordeste havia 868 (20,2%), na Centro-Oeste 351 (8,2%) e na Norte 236 (5,5%). Ao comparar-se a quantidade de programas da região Nordeste com os da Sul, aparentemente parece pequena, em percentual, a diferença é de 1,3%, porém a contradição reside no fato de que a região Sul tem uma população de 28 milhões de habitantes, enquanto a região Nordeste tem 53 milhões habitantes, conforme dados do IBGE de 2010.

Tabela 3 – A evolução de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, por regiões - Brasil - 2008 a 2017

ANO	BRASIL	REGIÕES				
		Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
2008	2.567	183	457	110	1.297	520
2011	3.128	240	607	151	1.487	643
2014	3.748	306	744	195	1.718	785
2017	4.296	351	868	236	1.916	925
Δ%	67,3%	91%	89,9%	114,5%	47,7%	77,8%

Fonte: GEOCAPES, 2008 a 2017. Tabela elaborada pelas autoras.

Ainda no que se refere à evolução do número de programas entre 2008 e 2017, verifica-se na tabela 3, que os dados demonstram uma tendência de redução das desigualdades. Percebe-se, em termos percentuais, que o crescimento apresentado nas regiões Norte (114,5%), Centro-Oeste (91%) e Nordeste (89,9%) foi bem maior do que nas regiões Sudeste (47,7%) e Sul (77,8%). Isso revela que o crescimento não tem sido suficiente para superar as desigualdades

historicamente existentes, contudo, tem provocado um movimento de desconcentração dos programas de pós-graduação *stricto sensu* das regiões Sudeste e Sul para as demais regiões do país.

Essa desconcentração, está associada às políticas que foram direcionadas à pós-graduação por meio dos Planos Nacionais de Pós-Graduação articulados com um amplo sistema de financiamento governamental em ciência e tecnologia, como também à execução dos programas de expansão e interiorização da educação superior no país.

A pós-graduação *stricto sensu* e sua interiorização no Nordeste: evolução no período de 2008 a 2017

As políticas de expansão e interiorização da educação superior implementadas no Brasil, pelos dados anteriormente apresentados, têm se constituído num fator de impulso para o desenvolvimento regional, com a ampliação do atendimento da educação superior nas cidades do interior das regiões. Além disso, gerou uma demanda de estudantes para a pós-graduação *stricto sensu*. Isso significou, conseqüentemente, que a pós-graduação concentrada principalmente nas capitais, apresentou um movimento de deslocamento para cidades do interior.

Tomando-se como base a análise dos dados da pós-graduação na Região Nordeste do Brasil, entre 2008 e 2014, período da implantação da expansão da educação superior por meio do REUNI, como também parte da vigência do PNPG 2005-2010 e do PNPG 2011-2020, esse movimento é claramente perceptível. O número de cidades que passaram a ser atendidas por programas de pós-graduação cresceu com relação a 2008, 175%, nesse ano eram 20 cidades do Nordeste que tinham programas de pós-graduação, incluindo todas as capitais, em 2014, esse número aumentou para 55 cidades (GEOCAPES, 2019).

Isso significou um aumento expressivo na oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu* em todos os Estados da Região Nordeste, conforme se pode verificar na tabela 4, que apresenta a evolução do número de programas do Nordeste por Unidade da Federação. Comparando-se a evolução dos programas de 2008 a 2017, os dados da tabela 4 revelam que na região Nordeste houve crescimento de 90% na quantidade de programas, ou seja, quase duplicou o número de programas existentes em 2008. Evidencia-se que o crescimento ocorreu em todos os Estados, com destaque para os Estados de Piauí (193%), Sergipe (184%) e

REVELLI, Vol. 12. 2020. Dossiê: Políticas para educação superior e Plano Nacional de Educação.

ISSN 1984-6576.

E-202023

13

Maranhão (167%), que em 2008 se encontravam com as menores quantidades de programas e foram os mais beneficiados em termos percentuais, apresentando maior evolução entre 2008 e 2017, embora com relação aos demais permaneçam sendo os Estados com menos programas. As assimetrias entre os estados permanecem, mas essa evolução mostra a tendência também de redução dessas assimetrias entre os Estados.

Tabela 4 – Evolução do número de Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu*, por Unidade da Federação – Nordeste, 2008 a 2017

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Δ%
Pernambuco	99	109	117	129	133	140	146	156	161	164	66
Bahia	105	112	123	138	144	158	165	167	178	179	70,4
Paraíba	57	63	70	77	85	89	96	102	106	109	91
R. G. do Norte	48	52	55	64	70	80	86	93	104	108	125
Ceará	79	78	81	84	88	92	100	106	122	126	59,5
Sergipe	19	21	26	35	41	43	47	47	50	54	184
Piauí	14	19	20	28	33	33	34	37	40	41	193
Maranhão	18	18	21	26	32	34	37	40	46	48	167
Alagoas	18	20	22	26	31	32	33	34	39	39	117
TOTAL	457	492	535	607	657	701	744	782	846	868	90

Fonte: GEOCAPES, 2008 a 2017. Elaboração próprias das autoras.

Outra análise a ser realizada quanto ao crescimento da pós-graduação *stricto sensu* na região Nordeste é referente à dependência administrativa, visto que a expansão da pós-graduação *stricto sensu* tem ocorrido principalmente pelo aumento de programas nas instituições públicas, reflexo das políticas implementadas para tal intento.

Dessa forma, os dados da tabela 5 apresentam a evolução dos programas da região Nordeste por dependência administrativa, referente ao período de 2008 a 2017. Essa evolução demonstra que dentre os programas ofertados pelo setor público, a quantidade de programas da esfera estadual foi a que apresentou o maior percentual de crescimento, 146,9%, no período analisado, porém a participação na oferta total de programas do país é de apenas 18,2%. Isso significa que mesmo com o menor crescimento (79,3%), é nos programas da esfera federal, que está concentrada a maior participação na oferta de programas (72,9%). No ano de 2017, para o total de 868 programas, o setor público ofertou 791, ou seja, 91,1%, e o setor privado, 77, o que representa apenas 8,9% do total ofertado.

Tabela 5 – Evolução do número de Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu*, por dependência administrativa – Nordeste, 2008 a 2017

Ano	Total	Programas						Privada	%
		Federal	%	Estadual	%	Total	%		
2008	457	353	77,2	64	14,0	417	91,2	40	8,8
2009	492	377	76,7	79	16,0	456	92,7	36	7,3
2010	535	413	77,2	85	15,9	498	93,1	37	6,9
2011	607	466	76,8	98	16,1	564	93,0	43	7,1
2012	657	504	76,7	107	16,3	611	93,0	46	7,0
2013	701	529	75,5	124	17,7	653	93,2	48	6,8
2014	744	557	74,9	135	18,1	692	93,0	52	7,0
2015	782	579	74,0	144	18,4	723	92,5	59	7,6
2016	846	616	72,9	157	18,5	773	91,4	73	8,6
2017	868	633	72,9	158	18,2	791	91,1	77	8,9
Δ%	90,0	79,3	-	146,9	-	89,7	-	92,5	-

Fonte: GEOCAPES, 2008 a 2017. Organização própria das autoras.

É importante mencionar que, nesse processo de expansão da pós-graduação *stricto sensu*, as universidades públicas estaduais, mesmo sem ter uma política estabelecida, apresentaram uma significativa evolução, impulsionadas pelas agências de fomento à pesquisa para o desenvolvimento da ciência e tecnologia ou ainda por ações próprias para atendimento à legislação para manter o tripé ensino, pesquisa e extensão.

Em relação à concentração da pós-graduação no setor público, observa-se que praticamente não ocorreu variação entre os anos de 2008 e 2017. Diferente da graduação em que ocorre uma concentração de cursos ofertados por Instituições de Ensino Superior do setor privado, na pós-graduação *stricto sensu* a oferta é concentrada no setor público, confirmando assim o que afirma Cabral Neto e Castro (2018), quanto ao fato de que “[...] o setor público é o grande financiador da pós-graduação no Brasil”.

Mesmo sendo no setor público a maior concentração da oferta da pós-graduação *stricto sensu* na Região Nordeste, atenta-se para o crescimento do setor privado em 92,5% apresentado entre 2008 e 2017, ou seja, a taxa de crescimento do setor privado apresentou um crescimento de 2.8% a mais que o público. O que demonstra que este setor vem crescendo, na região nordeste, também nesse nível da educação superior, aumentando a sua participação na oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu*. De acordo com Cabral Neto e Castro (2018), este nível de ensino era pouco procurado pelo setor privado devido às exigências de investimentos em pesquisas e produção do conhecimento e pelo alto grau de exigências para o credenciamento

pela CAPES. Entretanto, a possibilidade da lucratividade e o forte apoio das agências públicas federais e estaduais de fomento à ciência e tecnologia vêm modificando esse cenário.

Diante desse crescimento no número de programas de pós-graduação *stricto sensu* no Nordeste, verifica-se também a sua expansão por modalidades, sendo que a maior oferta é de programas de mestrado acadêmico (386), seguida de programas com mestrado e doutorado (328). A menor oferta é de programas somente de doutorados (15). Estes dados são evidenciados na tabela 6.

Tabela 6 – Evolução do número de programas da pós-graduação *stricto sensu* por modalidade, Região Nordeste, 2008 a 2017

Ano	Modalidades			
	M/D	M	MP	D
2008	160	249	36	14
2009	180	262	37	13
2010	193	284	41	17
2011	213	318	59	17
2012	239	331	70	17
2013	309	293	85	13
2014	312	325	92	15
2015	315	343	109	15
2016	320	383	128	15
2017	328	386	139	15
$\Delta\%$	105	55	286,1	7,1

Fonte: GEOCAPES, 2008 a 2017. Legenda: M/D - Mestrado/Doutorado; MA - Mestrado Acadêmico; MP - Mestrado Profissional; D – Doutorado.

Entre 2008 e 2017, verifica-se o crescimento em todas as modalidades, com destaque para o mestrado profissional que em termos percentuais (286,1%) foi a modalidade que mais cresceu, enquanto a de mestrado acadêmico cresceu 55% e a de doutorado 7,1%. O mestrado profissional foi instituído em meados da década de 1990 e tem apresentado uma grande evolução se comparado à evolução das demais modalidades. De acordo com Cabral Neto e Castro (2013), esse acentuado crescimento do mestrado profissional pode ser resultante da influência de fatores como: ser uma modalidade nova criada no país; ter havido políticas de indução do governo como modalidade a ser implantada em algumas áreas; constituir-se em cursos de menor duração, o que requer menos investimento e menor tempo de formação; e ainda pela existência, em algumas áreas, de incentivos a essa modalidade de pós-graduação, vinculada de forma direta, às demandas específicas do mercado.

REVELLI, Vol. 12. 2020. Dossiê: Políticas para educação superior e Plano Nacional de Educação.

ISSN 1984-6576.

E-202023

16

O mestrado profissional tem crescido em todas as regiões do país e, com a aprovação da modalidade de doutorado profissional por meio da Portaria do Ministério da Educação de nº 389, de 23 de março de 2017, com a declarada intenção de estreitamento das relações entre as universidades com o setor produtivo, o seu processo de evolução nas próximas décadas tende a aumentar mais ainda.

Registra-se ainda que entre 2012 e 2013, ocorreu uma redução no processo de crescimento dos programas só com mestrados acadêmicos (-11,4%) e só com doutorados (-23,5%). Uma análise dos dados do Nordeste na avaliação trienal 2013, disponíveis no site da CAPES, mostra que nenhum doutorado foi desativado. Uma possível justificativa é que, pode ter ocorrido uma junção de programas visto que aumentou o número de programas com mestrado e doutorado.

Analisando a expansão da pós-graduação *stricto sensu* na Região Nordeste, por meio da ampliação na oferta de matrículas, a tabela 7, constitui-se de dados e informações que permitem verificar o que ocorreu de evolução e a participação das unidades da federação da região, no período de 2008 a 2017.

Tabela 7 – Evolução da matrícula da pós-graduação *stricto sensu*, na região Nordeste, por unidades da federação – 2008 a 2017.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	2008	2011	2014	2017	Δ%
Alagoas	705	991	1.503	2.017	186
Bahia	4.130	6.216	8.814	11.120	169,2
Ceará	4.022	5.560	6.597	8.375	108,2
Maranhão	543	865	1.245	1.906	251
Paraíba	2.958	4.213	5.651	7.070	139
Pernambuco	5.548	7.514	9.102	10.642	91,8
Piauí	422	821	1.460	2.126	403,7
R. G. do Norte	2.477	3.543	4.905	6.068	144,9
Sergipe	606	1.345	2.006	2.623	332,8
TOTAL	21.411	30.971	41.283	51.947	142,6

Fonte: GEOCAPES, 2008 a 2017. Organização da tabela pelas autoras.

Considerando-se que a matrícula está vinculada ao número de programas e sua consequente ampliação de vagas, conforme os dados da tabela 7, no ano de 2008, quando havia 21.411 matrículas em pós-graduação *stricto sensu* na região Nordeste, houve um crescimento de 142,6%, alcançando-se em 2017 o total de 51.947, o que representou o acréscimo de 30.536 matrículas. A participação na matrícula do país passou de 14,3% em 2008, para 18,6% em 2017.

Três estados concentram 58% do total geral das matrículas da pós-graduação *stricto sensu* na região Nordeste, Bahia com 21,4%, seguido por Pernambuco com 20,5% e Ceará com 16,1%. Os Estados com a menor participação em 2017, são: Maranhão com 3,6%, Alagoas com 3,8% e o Piauí com 4,0 %.

Embora persistam grandes assimetrias nas matrículas entre os estados, pelos números se percebe que vem ocorrendo uma pequena redução destas quando são comparados os dados de 2008 com os de 2017. Tomando-se como base o Estado do Piauí, cuja participação foi a menor no total da matrícula de 2008 – apenas 1,9% de discentes matriculados – observou-se que em 2017, sua participação aumentou para 4,0%, o crescimento nas matrículas foi de 403,7% – o maior percentual com relação aos demais estados. Seguindo a lógica do aumento na quantidade de programas, os Estados que tiveram maior percentual de crescimento em suas matrículas, foram: Piauí (403,7%), Sergipe (332,8%) e Maranhão (251%), que conforme já mencionado anteriormente, foram também os que tiveram maior evolução no número de programas no período analisado, embora permaneçam, juntamente com Alagoas, os que apresentam a menor participação no que se refere ao total de alunos matriculados no Brasil.

De acordo com Cabral Neto e Castro (2018), o combate às assimetrias existentes na oferta de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, exige uma ação conjunta de vários órgãos do governo e embora tanto no PNPG (2011-2020), como no PNE (2014-2024), esta seja uma preocupação e esteja entre suas metas, diminuir os desequilíbrios continua sendo um grande desafio.

Ademais, o contexto de medidas de racionalização de gastos e redução de despesas que o atual governante do país vem promovendo na educação e principalmente no que diz respeito à educação superior, torna o cenário de expansão da pós-graduação *stricto sensu* totalmente incerto. A exemplo disso é possível mencionar a recente suspensão efetuada pela CAPES de cadastramentos de novas bolsas de estudos e auxílios às pesquisas, a partir do mês de setembro de 2019, o que já compromete os programas e a ampliação de matrículas para o ano de 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de expansão da educação superior no Brasil têm alcançado os seus dois níveis: a graduação e a pós-graduação. Isto porque, com o aumento de instituições e a expansão de vagas na graduação, o reflexo vai se dar também numa crescente demanda na expansão da pós-graduação *stricto sensu*.

Estabelecendo-se relações da evolução de programas, matrículas e titulações da pós-graduação *stricto sensu*, com as metas 13 e 14 do PNE (2014-2024), o estudo revelou que a meta 13, no Brasil, foi alcançada desde 2015, o que demonstra que a meta foi pouco ousada. Quanto ao alcance da meta por regiões, no ano de 2017, detectou-se que ainda é um desafio para a região Norte alcançar 75% de mestres e doutores, e 35% de doutores na função docente da educação superior, essa foi a única região do país que não alcançou a meta. Referente à meta 14, embora tenha sido ultrapassada a titulação anual de sessenta mil mestre, o desafio é a ampliação de matrícula em nível de doutorado para a obtenção da titulação anual de vinte e cinco mil doutores, ressalta-se que em 2017 faltavam 3.409 titulados.

Considerando a série histórica de 2008 a 2017, observou-se que, em termos gerais, houve um crescimento de 67,3% dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil e que apesar da existência de desigualdades regionais, os dados demonstram que estas vêm sendo reduzidas quanto à distribuição dos programas. Isso revela que tem havido um maior investimento do setor público nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país, promovendo assim, um processo de desconcentração dos programas de pós-graduação *stricto sensu* que vem favorecendo um crescimento da titulação de mestres e doutores bem maior que o verificado nas regiões Sul e Sudeste. Entretanto, as regiões Sudeste e Sul continuam com a maior concentração de programas na oferta da pós-graduação *stricto sensu* e continuam aumentando seus programas.

Há uma necessidade contínua, observada nos dados apresentados neste estudo, de reduzir as desigualdades históricas entre as regiões e entre os estados, principalmente nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte quanto à oferta de pós-graduação *stricto sensu*. Isto demanda a continuidade de implementação de políticas de expansão deste nível da educação superior que se pautem na ampliação de programas e matrículas de forma mais homogênea com vista a diminuir os desequilíbrios que os dados apontam.

Com relação à distribuição e evolução de matrículas da pós-graduação *stricto sensu* por Unidades da Federação da Região Nordeste, constatou-se que todos os Estados apresentaram expressivo crescimento em suas matrículas. Entretanto, os números evidenciam grandes assimetrias, apesar de também revelarem que vem ocorrendo uma redução nessas assimetrias quando comparados os dados de 2008 com os de 2017. Os estados que concentram o maior percentual das matrículas do nordeste, são também os mais populosos: Bahia (21,4%), Pernambuco (20,4%) e Ceará (16,1%), com exceção para o Maranhão (3,6%) que embora seja o quarto estado da região Nordeste com a maior população, apresenta-se com a menor participação nas matrículas de 2017.

Os dados deste estudo revelam ainda, que diferentemente da graduação, a oferta da pós-graduação *stricto sensu*, na Região Nordeste, a exemplo do que ocorre no país, está concentrada nas instituições públicas federais e estaduais, com maior concentração nas federais. Mesmo sendo pequena a participação das instituições privadas na oferta da pós-graduação *stricto sensu* do país, ocorreu um crescimento significativo (92,5%) no número de programas e matrículas desse setor no período de 2008 a 2017.

A política de expansão e interiorização da educação superior, desenvolvida durante os períodos em que o MEC (2014) categorizou a expansão em três fases – descritas na primeira sessão deste texto – promoveu a criação de universidades federais e de novos *campi* fora das capitais, com isso, ocorreu um aumento de 175% na quantidade de cidades que passaram a ofertar programas de pós-graduação *stricto sensu* na região Nordeste. Esse crescimento representou em 2017, uma evolução de 90% na quantidade de programas na região Nordeste, com relação ao ano de 2008.

A expansão da pós-graduação no Brasil, nesses últimos dez anos, ampliou a oferta de programas e modalidades em todas as regiões provocando um movimento de interiorização da pós-graduação *stricto sensu*, que deixou de ser ofertada apenas nas capitais, passando também a alcançar as cidades interioranas. Esse movimento está relacionado às políticas de investimentos do governo na educação superior, em virtude de esse nível da educação, no contexto da reestruturação capitalista, ser visto como grande potencial para o desenvolvimento econômico do país.

REFERÊNCIAS

REVELLI, Vol. 12. 2020. Dossiê: Políticas para educação superior e Plano Nacional de Educação.
ISSN 1984-6576.

E-202023

BALBACHEVSKY, E. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. In: BROCK, C.; SCHWARTZMAN, S. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. Disponível em: https://portais.ufg.br/up/67/o/Pos-Graduacao_Brasil_2.pdf Acesso em: 10 set. 2019.

BARRETO, Francisco César de Sá; DOMINGUES, Ivan. O PNPGE 2011-2020: os desafios do país e o sistema nacional de pós-graduação. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 17-53, set. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. **Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pos-graduacao>. Acesso em: 17 maio 2019.

BRASIL. **Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pos-graduacao>. Acesso em: 17 maio 2019.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, e dá outras providências. Brasília, DF, 2014.

CABRAL NETO, Antônio; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. A expansão da pós-graduação em cenários de globalização: recortes da situação brasileira. **Revista Inter Ação**, [s.l.], v. 38, n. 2, p. 340-361, 21 ago. 2013. Universidade Federal de Goiás. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/20386/8/A expansão da pós-graduação em cenários de globalização_2013.pdf](https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/20386/8/A%20expans%C3%A3o%20da%20p%C3%B3s-gradua%C3%A7%C3%A3o%20em%20cen%C3%A1rios%20de%20globaliza%C3%A7%C3%A3o_2013.pdf). Acesso em: 19 set. 2019.

CABRAL NETO, Antônio; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Meta 13: titulação de professores da educação superior. In: OLIVEIRA, João Ferreira de; GOUVEIA, Andrea Barbosa; ARAÚJO Heleno. **Caderno de avaliação das metas do Plano Nacional de Educação: PNE 2014-2020**. ANPAE, Brasília, 2018.

CARVALHO, Renata Ramos da Silva. **O PNE e as Universidades estaduais brasileiras: assimetrias institucionais, expansão e financiamento**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8550>. Acesso em: 19 set. 2019.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. A expansão e o acesso ao Ensino Superior: os novos desafios da educação brasileira. In: SOUSA JUNIOR, Luiz de et al. **Políticas de Gestão e Práticas Educativas: a qualidade do ensino**. Brasília: Liber, 2011. p. 19-36.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A globalização e os desafios para os Sistemas Nacionais: agenda internacional e práticas educacionais nacionais. **RBPGE: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 33, n. 1, p. 15-34, jan./abr. 2017.

DOURADO, Luiz Fernandes. **A interiorização do ensino superior e a privatização do público**. Goiânia: Editora UFG, 2001.

GEOCAPES. **Sistema de Informações Georreferenciadas - CAPES**. 2019. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/> Acesso em: 20 jun. 2019.

GEOCAPES. **Distribuição de programas e discentes de pós-graduação no Brasil, 2008 a 2017**. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/> Acesso em: 20 jun. 2019.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 7 ed. São Paulo: Loyola, 1998.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015**. Brasília, DF. Inep, 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 26 ago. 2019.

INEP. **Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018**. Brasília/DF: Inep, 2018a. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYISGMAMkW1/document/id/1476034. Acesso em: 07 ago. 2019.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2017**. Brasília, DF. Inep, 2018b. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 26 ago. 2019.

MANCEBO, Deise. **Educação Superior no Brasil: expansão e tendência (1995-2014)**. 37ª Reunião Nacional da ANPEd, 04 a 08 de out., UFSC, Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://www.anped.org.br/biblioteca/item/educacao-superior-no-brasil-expansao-e-tendencias-1995-2014>. Acesso em: 21 jul. 2019.

MEC. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012. Acesso em: 20 jul. 2019.

MEC. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192. Acesso em: 20 jul. 2019.

MEC. Portaria nº 389, de 23 de março de 2017. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 24 mar. 2017. p. 61-61.

OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernandes. A educação superior no Plano Nacional de Educação (2014-2024): expansão e qualidade em perspectiva. In: Seminário Nacional Universitas/BR, 24., Maringá-PR, **Anais [...]**. Maringá-PR, 2016. p.1331-1350.

SCHWARTZMAN, S. Nota sobre a transição necessária da pós-graduação brasileira. In: CAPES. **Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) 2011-2020**. Documentos setoriais, v. II. Brasília, 2010. P. 34-52. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/capes2010.pdf>. Acesso em: 13 set. 2019.